

PaÃses de lÃngua portuguesa sofrem os mesmo problemas

Acabo de chegar de Cabo Verde, um pequeno paÃs-ilha localizado na grande, injustiçada e misteriosa Õfrica. Participei, junto com o presidente nacional da OAB, Roberto Busato, do VII Encontro da Associação das Ordens e Associações de Advogados da LÃngua Portuguesa. Também participaram os presidentes, bastonários e representantes da advocacia dos seguintes paÃses: Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e PrÃncipe, e ainda, os asiáticos Timor-Leste e Macau.

TÃnhamos em comum não só a lÃngua portuguesa, mas, sobretudo, a certeza de que somente através da solidariedade e ajuda mðtua entre as nações seria possÃvel superar a visÃvel desigualdade sócio-econômica entre os povos. TÃnhamos também um outro fator de ligação, os paÃses africanos e asiáticos, assim como Brasil, foram colônias de Portugal, o que nos unia nas questões históricas e culturais. Tudo sem contar da fantástica e importantÃssima presença da raça que moldou beneficamente o brasileiro, embora, infelizmente tenham os negros africanos vindo para cá através do grave crime humanitário tipificado como escravidão.

Do encontro saà com a visÃvel sensação de que a polÃtica de colonização, independentemente do paÃs que a tenha adotado, também foi outro dos graves crimes cometidos contra a humanidade. Ã? que a chamada metrópole, para manter o seu poderio econÃ′mico e polÃtico sobre as colÃ′nias, condenou-as ao mais completo isolamento educacional, fazendo-as completamente dependente da "pátria-mãe". Até a independência de cada uma das colÃ′nias portuguesas, fora seguida à risca a velha e arcaica polÃtica do Marquês de Pombal, ainda no distante século XVII, que não permitia a instalação no solo colonial de qualquer instituição de nÃvel superior.

O Brasil, por exemplo, somente autorizou a cria \tilde{A} § \tilde{A} £o de suas institui \tilde{A} § \tilde{A} µes de ensino superior cinco anos ap \tilde{A} 3s a sua independ \tilde{A} ancia. Como as na \tilde{A} § \tilde{A} µes africanas portuguesas se tornaram independentes h \tilde{A} ; pouco tempo, mais precisamente ap \tilde{A} 3s a gloriosa Revolu \tilde{A} § \tilde{A} £o dos Cravos de 1974, se conclui facilmente o porqu \tilde{A} a da car \tilde{A} ancia tecnol \tilde{A} 3gica e profissional da \tilde{A} 4frica. Mesmo independentes, inclusive aquelas que eram col \tilde{A} 7nias de outros pa \tilde{A} ses europeus, continuaram dependentes da ajuda e solidariedade externa. E como solidariedade \tilde{A} © um conceito completamente desprezado no mundo capitalista, explorados continuam os irm \tilde{A} £os africanos e asi \tilde{A} ; ticos.

O sistema judicial africano, comum nas nações reunidas em Cabo Verde, bem demonstra a fragilidade herdada da polÃtica colonialista portuguesa. Somente um dos paises possui faculdade de direito (Angola), mesmo assim com pouco tempo de atividade, contando-se, portanto, nos dedos os raros advogados que se dedicam à causa da cidadania. Cabo Verde, nosso amado anfitrião, tem apenas noventa advogados inscritos na sua Ordem e aproximadamente trinta magistrados.

Não têm as ex-colÃ′nias, portanto, magistrados, promotores de justiça e advogados nativos suficientes para manter uma estrutura que é fundamental para preservação do Estado de Direito Democrático. E, como se sabe, o Estado de Direito Democrático é a única solução possÃvel para que a humanidade conquiste um mundo mais justo e igualitário. Também não se tem dðvida de que sem um Poder Judiciário organizado e altivo, um Ministério Pðblico capaz e autÃ′nomo e

CONSULTOR JURÃDICO





advogados qualificados e independentes, por maior que venha a ser o esforço humano dos atuais operadores do direito que ali atuam, impossÃvel se torna falar em Justiça, Direitos Humanos e Democracia.

Em compensação, conheci em Cabo Verde destemidos advogados que lutam diariamente contra a opressão, o descaso e o autoritarismo governamental, buscando recuperar, heroicamente, o tempo perdido. Eles, a despeito de tudo e de todos, irradiavam uma esperança contagiosa, nos fazendo acreditar que o ideal de Justiça jÃ; tem moradia nos seus respectivos paÃses, nos fazendo imaginar como ficariam nações quando conseguirem ampliar os seus combativos quadros. Nós, brasileiros, saÃmos de lÃ; convictos de que deverÃamos estreitar nossos laços de cooperação, fazendo-nos verdadeiros irmãos em História, Democracia e exemplo de Justiça.